

apartes

NÚMERO 8 - JUNHO-JULHO/2014

Distribuição gratuita



Intervenção no Elevado

Projeto pretende acabar com o tráfego de veículos no Minhocão e transformá-lo em espaço de lazer



Rumo à Olimpíada

Propostas querem ajudar atletas paulistanos a chegar ao pódio

Jânio Quadros

De comida podre a ameaças de renúncia, as polêmicas na CMSP

Mesa Diretora

Presidente: José Américo (PT)
1º Vice-Presidente: Marta Costa (PSD)
2º Vice-Presidente: George Hato (PMDB)
1º Secretário: Claudinho de Souza (PSDB)
2º Secretário: Conte Lopes (PTB)
1º Suplente: Gilson Barreto (PSDB)
2º Suplente: Dalton Silvano (PV)
Corregedora: Sandra Tadeu (Democratas)

Vereadores da 16ª Legislatura (2013-2016)

Abou Anni (PV) - suplente em exercício, Adilson Amadeu (PTB), Alfreidinho (PT), Andrea Matarazzo (PSDB), Antonio Carlos Rodrigues (PR) - licenciado, Ari Friedenbach (PROS), Arselino Tatto (PT), Atilio Francisco (PRB), Aurélio Miguel (PR), Aurélio Nomura (PSDB), Rubens Calvo (PMDB), Celso Jatene (PTB) - licenciado, Claudinho de Souza (PSDB), Conte Lopes (PTB), Coronel Camilo (PSD) - suplente em exercício, Coronel Telhada (PSDB), Dalton Silvano (PV), David Soares (PSD), Donato (PT), Edir Sales (PSD), Eduardo Tuma (PSDB), Eliseu Gabriel (PSB), Floriano Pesaro (PSDB), George Hato (PMDB), Gilson Barreto (PSDB), Goulart (PSD), Jair Tatto (PT), Jean Madeira (PRB), José Américo (PT), José Políce Neto (PSD), Juliana Cardoso (PT), Laércio Benko (PHS), Marco Aurélio Cunha (PSD), Mário Covas Neto (PSDB), Marquito (PTB) - suplente em exercício, Marta Costa (PSD), Milton Leite (Democratas), Nabil Bonduki (PT), Natalini (PV), Nelo Rodolfo (PMDB), Netinho de Paula (PCdoB), Noemi Nonato (PROS), Ota (PROS), Patrícia Bezerra (PSDB), Paulo Fiorilo (PT), Paulo Frange (PTB), Pr. Edemilson Chaves (PP), Reis (PT), Ricardo Nunes (PMDB), Ricardo Teixeira (PV) - licenciado, Ricardo Young (PPS), Roberto Tripoli (PV), Sandra Tadeu (Democratas), Senival Moura (PT), Souza Santos (PSD), Toninho Paiva (PR), Toninho Vespoli (PSOL), Vavá (PT)

Expediente

Editor executivo: José Carlos Teixeira de Camargo Filho
Elaboração: CCI.3 - Equipe de Comunicação da CMSP
Supervisora: Maria Isabel Lopes Correa
Editor: Sândor Vasconcelos
Editora assistente: Gisele Machado
Repórteres: Fausto Salvadori Filho, Rodrigo Garcia
Apoio jornalístico: Assessoria de Imprensa da Presidência,
Diretoria de Comunicação Externa
Fotografia: Ângelo Dantas, Fábio Lazzari, Gute Garbelotto, Mozart Gomes,
Reinaldo Stávale, Ricardo Rocha, Marcelo Ximenez
Diagramação: Elton Jhones Pereira
Editor de infografia: Rogério Alves
Estagiários: Bruna Cavalini, Hugo Ramallo, Pedro Santana, Raphaela de Oliveira
Equipe executiva e de expedição: Leandro Uliam, Leonardo Pedrazzoli,
Lívia Tamashiro
Unidades de apoio: Procuradoria, Secretaria de Documentação - SGP.3,
Secretaria de Recursos Humanos - SGA.1
CTP, impressão e acabamento: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo
Capa: Arte de Raphaela de Oliveira sobre foto de Rafael Chaves/Flickr (CC BY-NC 2.0)
e Jenifer Carpani/SEME (foto menor)

Revista Apartes - Palácio Anchieta

Viaduto Jacaré, 100 - Anexo, 2º andar, sala 212A - Bela Vista, São Paulo - SP
CEP 01319-900 - E-mail: apartes@camara.sp.gov.br
Versão digital disponível em: www.camara.sp.gov.br

Tiragem: 10.000 exemplares
Fechamento desta edição: 14/7/2014

Solicite o recebimento da revista **Apartes** em sua casa, gratuitamente, preenchendo cadastro no portal www.camara.sp.gov.br.

PALAVRA DO PRESIDENTE

Vereador José Américo
Presidente da CMSP



*Sua opinião é
muito importante para a
construção deste veículo
de comunicação pública*

Entre em contato:
apartes@camara.sp.gov.br

Siga:
[@RevistaApartes](https://twitter.com/RevistaApartes)

Curta:
[/RevistaApartes](https://www.facebook.com/RevistaApartes)

Visite:
www.camara.sp.gov.br

apartes

Os quase 8 milhões de carros da frota da cidade de São Paulo necessitam cada vez mais de vias expressas para ir de um canto a outro. Ao mesmo tempo, muitos paulistanos são carentes de espaços que permitam a fuga do estresse causado pelos congestionamentos, e pedem por lugares que proporcionem acesso à diversão, esporte e contato com a natureza. Esse, possivelmente, é o principal dilema quando se discute o que fazer com o Elevado Costa e Silva, mais conhecido como Minhocão, que liga o centro à região oeste.

Se de um lado alguns defendem a desativação da via para passagem de veículos e sua transformação em um parque ou espaço de lazer, do outro estão os que têm calafrios só de pensar no caos que poderia se instalar com o desvio que os carros que hoje utilizam o elevado teriam de fazer para rotas alternativas.

Some-se a isso a situação dos moradores das casas e prédios vizinhos ao Minhocão, obrigados a conviver diariamente com barulho, poluição e outros dissabores que a via traz à região. Por todos esses fatores, um Projeto de Lei (PL) discutido na Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) vem gerando muita polêmica ao estabelecer a proibição gradual do tráfego no elevado e, após quatro anos, convertê-lo em um parque. O debate sobre esse PL está nesta edição da **Apartes**, na reportagem *Passagem para o Sossego*.

Também neste número, a revista traz um perfil de Jânio Quadros, com ênfase em sua atuação como vereador paulistano, de 1948 a março de 1951. Sempre muito folclórico, ele é uma das figuras mais controversas das que já passaram por este Parlamento, e antecipou aqui algumas das práticas políticas que o acompanharam por toda sua trajetória e o levaram, inclusive, à Presidência da República, em 1960. Chegava a se utilizar de lixo para a autopromoção. Em um dos episódios mais memoráveis, levou para a tribuna do Palacete Prates, antiga sede da CMSP, um abacaxi estragado para denunciar as péssimas condições dos alimentos vendidos no comércio paulistano. Essas e outras histórias imperdíveis estão no texto *O Vereador que Virou Presidente*.

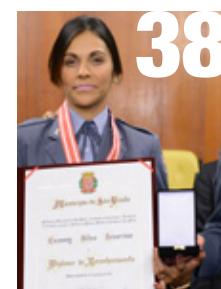
Por falar em lixo, esta edição traz um debate sobre iniciativas dos vereadores que pretendem estimular a diminuição, a reutilização e a reciclagem de resíduos no Município. Na pauta, as ações adotadas nos planos nacional e municipal sobre o tema, projetos e leis discutidos na Casa e alguns modelos de sucesso utilizados em outros países.

Para fechar, uma reportagem sobre propostas dos parlamentares de incentivo a atletas, principalmente os praticantes das modalidades olímpicas, de olho nos Jogos que serão realizados no Rio de Janeiro em 2016. Com o apoio público podemos ter, quem sabe, mais alguns campeões nascidos ou que treinam na cidade de São Paulo.

Uma ótima leitura a todos!



Solicite o recebimento da revista **Apartes** em sua casa, gratuitamente, preenchendo cadastro no portal www.camara.sp.gov.br



SUMÁRIO

3 Palavra do Presidente

6 Notas

8 Debate
Em prol da terceira idade

10 Tecnologia
Hackers em maratona

13 Urbanismo
Passagem para o sossego

18 Resíduos sólidos
Riqueza que vem do entulho

26 Perfil
Jânio Quadros - O vereador que virou presidente

32 Esporte
Em busca do ouro

38 Premiação
Homenagem à segurança pública

40 Evento
Palmas para a cidadania

Marcelo Yamane/CMSP



Cores da bandeira

A cidade de São Paulo é uma das sedes da Copa do Mundo de futebol e, para comemorar o evento, o Palácio Anchieta, sede da Câmara Municipal de São Paulo (CMSP), ganhou iluminação em verde e amarelo.

Restrição ao uso de celular em bancos é regulamentada

O Executivo regulamentou, no dia 6 de junho, a Lei 15.429/2011, proposta pela vereadora Sandra Tadeu (Democratas) e que restringe o uso de telefone móvel no interior de agências e postos bancários na capital paulista. A legislação visa acabar com crimes nos bancos. “O objetivo é evitar que, por ligações de celulares, cúmplices de criminosos repassem informações de saques, possibilitando assaltos

e sequestros relâmpagos”, justificou a parlamentar.

A proibição, que inclui fazer ou receber ligações e receber mensagens de voz e de texto, estende-se às áreas destinadas aos caixas eletrônicos, especificamente os espaços de movimentação financeira, durante o atendimento a clientes. As agências que permitirem o desrespeito à lei receberão multa e, em caso de reincidência, o valor é dobrado.

Comissão da Verdade da Prefeitura é aprovada

A Câmara Municipal aprovou, em 3 de junho, projeto de lei que criou a Comissão da Memória e Verdade da Prefeitura do Município de São Paulo (Lei 16.012/2014). A finalidade é investigar as violações aos direitos humanos cometidas contra agentes da Prefeitura, ou por eles praticadas, durante a ditadura militar, entre os anos de 1964 e 1988.

A comissão é ligada à Secretaria Municipal de Direitos Humanos e será formada por cinco membros indicados pelo prefeito. Os escolhidos devem ser comprometidos com a defesa da democracia e dos direitos humanos e, preferencialmente, ter prestado relevantes serviços para o direito à memória e à verdade sobre a ditadura no Brasil.

Portal do Palácio do Planalto



Câmara vai à Justiça contra relatório da CNV

A CMSP entrou com mandado de segurança, em 25 de junho, para impedir que a Comissão Nacional da Verdade (CNV) publique seu relatório final sobre a morte do ex-presidente Juscelino Kubitschek (foto) sem levar em conta as investigações conduzidas pela Comissão da Verdade do Legislativo paulistano.

Em abril, o colegiado federal divulgou, em relatório preliminar, que não existem indícios suficientes de que JK sofreu atentado promovido pela ditadura militar. Já as investigações dos vereadores apontam que ele foi vítima de uma emboscada.

Na ação, critica-se a Comissão Nacional por basear suas conclusões nas investigações feitas durante a ditadura. Na época, a polícia culpou o motorista de ônibus Josias Nunes de Oliveira pelo suposto acidente que matou o ex-presidente.

Em depoimento à Comissão Municipal, Oliveira disse ter recebido uma oferta de suborno para assumir a responsabilidade. De acordo com alguns passageiros do ônibus, não houve choque com o automóvel no qual estava JK.

Minha Casa, Minha Vida

Projeto de Lei aprovado em maio pelos vereadores e sancionado em 5 de junho pelo prefeito Fernando Haddad (PT) autoriza o Executivo paulistano a conceder recursos financeiros ao programa do governo federal Minha Casa Minha Vida. A nova lei municipal permite aporte financeiro de até R\$ 20 mil por unidade habitacional.

A autorização dos recursos caberá à Secretaria de Habitação e a verba será concedida como subsídio complementar, a fundo perdido. Segundo a justificativa do projeto apresentado pelo prefeito, a implantação do programa na capital paulista tem sido refreada pelos custos crescentes da produção habitacional, que extrapolam os limites unitários estabelecidos pelo Minha Casa, Minha Vida.

A meta é que o Executivo federal doe 500 mil m² para a construção das moradias.

Transporte hidroviário em São Paulo



Marcelo Santos/USP/Imagens

Transporte por hidrovias será integrado com terminais de ônibus e estações de trem/metrô

O prefeito Fernando Haddad (PT) sancionou em 10 de junho a Lei 16.010/2014, que inclui o sistema hidroviário na rede de transporte público da capital paulista. A proposta foi apresentada pelo vereador Ricardo Nunes (PMDB) e aprovada no início de maio pela CMSP.

O sistema, de acordo com a lei, será implantado em área composta por leitos navegáveis das represas e dos rios da cidade, de modo articulado com os terminais de ônibus e estações de metrô. “O projeto possui características e objetivos que podem revolucionar o transporte coletivo e tornar São Paulo uma metrópole com qualidade de vida para seus habitantes”, diz Nunes.

Projetos sobre telhados verdes

Na edição passada, na reportagem *Prédios Vivos*, não constou, na lista dos projetos em tramitação na CMSP sobre telhados e fachadas verdes, o Projeto de

Lei 44/2007, da vereadora Marta Costa (PSD), que visa destinar 20% do total das áreas dos terraços ou coberturas dos edifícios públicos municipais para área verde.

Em prol da terceira idade

2º Fórum Nacional e Permanente de Defesa dos Direitos dos Idosos discute políticas públicas

Rodrigo Garcia | rodrigogarcia@camara.sp.gov.br

Vereadores de quatro cidades, especialistas em várias áreas e cidadãos com mais de 65 anos se reuniram na Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) para analisar políticas públicas em prol da terceira idade. Os debates ocorreram em 6 de junho, durante o 2º Fórum Nacional e Permanente de Defesa dos Direitos dos Idosos. O evento, organizado pela Comissão do Idoso e Assistência Social da CMSP, tem como principal objetivo trocar ideias que possam garantir a todos os brasileiros um envelhecimento digno e saudável. “O foco é viver mais e melhor, e para isso é preciso uma preparação do indivíduo, da sociedade e do Poder Público”, declarou o vereador Mario Covas Neto (PSDB), presidente da Comissão.

Uma das propostas defendidas por Covas no encontro foi a ampliação do número de centros-dia, espaços para acolhimento, proteção e convivência de idosos semidependentes e cuja prioridade é o atendimento a famílias sem condições de dar atenção e cuidar do idoso durante o dia.

O presidente da Comissão do Idoso da Câmara de Juiz de Fora (MG), vereador Isauro Calais (PMN), informou que o grupo organizou em sua cidade a Blitz do Idoso, que fiscalizou órgãos públicos, bancos e supermercados a fim de verificar as condições em que os idosos eram atendidos em tais locais. “Notificamos todos os bancos do município para que se adequassem às necessidades da terceira idade”. Segundo Calais, essa experiência também

pode dar certo em cidades maiores, como São Paulo, “desde que sejam feitas em regiões específicas”.

Participaram do fórum, também, a vice-presidenta da Comissão do Idoso da CMSP, Noemi Nonato (PROS), a presidenta da Comissão do Idoso de Duque de Caxias (RJ), Maria de Fatima Pereira, a Fatinha (PP), e o membro da Frente Parlamentar do Idoso de Guarulhos (SP) Samuel Vasconcelos (PT).

ESTATUTO DO IDOSO

Um dos destaques do fórum foi a palestra da promotora de Justiça Anna Trotta Yaryd sobre os avanços, entraves e desafios enfrentados para a aplicação do Estatuto do Idoso. “Mais do que um marco jurídico e político importante, o Estatuto re-


presenta uma lei inovadora, avançada e protetiva a esse grupo vulnerável e assegura a efetivação do direito à vida, saúde, alimentação e educação, entre outros”, disse.

Porém, segundo Anna Yaryd, não é fácil executar a lei, principalmente pelo fato de a sociedade brasileira “envelher antes de se desenvolver”. Ela lembrou que existe uma bagagem muito grande de injustiças e direitos não respeitados, “fatores que se acentuam ainda mais na terceira idade”.

A promotora chamou a atenção para a necessidade de o Poder Público encarar a velhice como um fenômeno heterogêneo e não usar a idade cronológica como um regulador na criação de ações. “Temos idosos de 60, 70, 80, 90 anos e até mais ve-

lhos. Considerar o idoso como um único subgrupo e não observar as diferenças gera distorções.”

Ainda segundo ela, a terceira idade pode ser dividida em três momentos: idosos jovens (de 65 a 74 anos), idosos velhos (de 75 a 84) e idosos mais velhos (85 anos ou mais), com maior tendência a enfermidades. São mais de 20 anos de vida condensados em um único rótulo. “Vinte anos representam um período maior do que infância e adolescência juntas. Se essas são encaradas como momentos tão díspares, por que não fazer o mesmo com a velhice?”, indagou.

No fórum, outras questões, como mobilidade dos idosos e as agressões que sofrem, principalmente dos cuidadores, também foram debatidas. 



PROPOSTAS
Em evento na Câmara, vereadores, especialistas e cidadãos analisaram questões sobre envelhecimento



OBJETIVO • Para o vereador Covas Neto, meta é “viver mais e melhor”



Ricardo Rocha/CMSP

TRABALHO
Programador
desenvolve
aplicativo no
Plenário da
Câmara

Hackers em maratona

Programadores criam três aplicativos para tornar mais acessíveis os dados da Câmara

Gisele Machado | gisele@camara.sp.gov.br

Colaborou Bruna Cavalini

Durante 48 horas, de 6 a 8 de junho, a Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) abriu as portas para sua segunda maratona hacker, chamada de Hackdays. Ao final, recebeu três aplicativos de uso livre que facilitarão o acesso da sociedade aos dados do Legislativo paulistano. “Os trabalhos darão uma interface mais dinâmica, trazendo ainda mais transparência ao que é feito em benefício do cidadão”, explicou Fernando Ventura Ribeiro, coordenador do Centro de Tecnologia da Informação (CTI) da CMSP.

Um dos aplicativos, desenvolvido pelo programador Edvaldo Felisberto dos Santos, voltado para dispositivos móveis, coletará as demandas dos cidadãos e enviará aos vereadores. Outro projeto, cedido por Peter Krauss, converterá os arquivos produzidos na CMSP para o formato LexML, para facilitar sua inclusão no portal www.lexml.gov.br, gerenciado pelo Senado para unificar a busca por normas dos três poderes nas esferas federal, estadual e municipal.

A terceira criação, de Pedro Markun e outros membros do grupo Transparência Hacker, é um aplicativo

para navegador que pesquisa, por assunto ou número, projetos de lei que viraram leis ou ainda tramitam na Câmara Municipal. A busca traz a íntegra dos textos e detalha as etapas de sua tramitação.

O regulamento da maratona prevê que os programas desenvolvidos pelos inscritos ficam disponíveis para a CMSP, assim como para todos os usuários do portal www.camara.sp.gov.br, por meio de um banner a ser disponibilizado na homepage por pelo menos três meses. A recompensa dos hackers é o prazer de participar do processo político. “Hackear é interferir, transformar alguma coisa, procurar uma brecha, um gargalo para atuar, por algum objetivo ou pelo puro prazer”, explicou a jornalista Lívia Ascava, membro da comunidade Transparência Hacker,

em palestra na Hackdays. Os maratonistas usaram os dados públicos do portal da Câmara que estavam abertos, ou seja, disponíveis para todos utilizarem e redistribuírem como desejarem, sem restrição de licenças, patentes ou mecanismos de controle. As informações públicas da CMSP não abertas puderam ser extraídas e igualmente utilizadas pelos participantes. A ideia é que os hackers ajudem a traduzir as informações legislativas para o cidadão comum. “O processo legislativo e político não é democrático porque não consegue comunicar como a sociedade demanda”, opinou o vereador Ricardo Young (PPS) na abertura do evento. Em palestra no primeiro dia da Hackdays, Lívia Ascava comentou que “os dados são produzidos para servir só à máquina

(da administração pública), e não para serem lidos por todo mundo”.

Para orientar os participantes durante a maratona, a CMSP disponibilizou funcionários envolvidos em todo o processo de elaboração legislativa, além de barracas montadas no Plenário para quem fosse dormir no Palácio Anchieta. Nos dois primeiros dias, os hackers visitaram a Casa, ouviram palestras e participaram de debates. No terceiro, entregaram seus trabalhos.

JÚRI POPULAR

Os aplicativos ainda podem ser aprimorados, e qualquer cidadão pode avaliá-los no site hackdays.camara.sp.gov.br. A votação pela internet corresponde a 25% da nota dos aplicativos. A classificação final estará no portal da Câmara em julho, após



Ricardo Rocha/CMSP

MESA
Leonardo Leite, Ricardo Young,
José Américo, Karen Vieira e Pedro
Markun na abertura da Hackdays

Julgamento de representantes da CMSP, da Open Knowledge Foundation Brasil e da W3C Brasil. Essa comissão usará como critérios a utilidade pública dos trabalhos, praticidade de uso, criatividade da solução, qualidade da documentação, mobilidade e custo de manutenção.


Esta foi a segunda vez que a CMSP recebeu uma maratona hacker. A primeira ocorreu em 2012. “A Câmara foi o primeiro Legislativo no mundo, que eu conheça, a ter um evento desse tipo, com uma galera”, diz o membro da Transparência Hacker Pedro Markun. Para ele, os aplicativos não são o principal legado da Hackdays: “A grande vantagem dos eventos nesse naipe, muito mais do que os projetos que saem, é permitir a troca entre o servidor, o cidadão e o político, o que na minha leitura cria um tipo de politização muito importante, impactante, que é o moleque que toma contato com a política”.

Markun acredita que a concentração dos programadores na Câmara seja um momento para experimentar, ousar, ter “delírios

de grandeza”. Para ele, muitos dos aplicativos apresentados precisarão ainda de meses de trabalho em equipe para serem aprimorados. O programador citou o caso do Radar Parlamentar, segundo classificado na maratona de 2012, que continua “vivo e operante” após ganhar fun-

cionalidades ao longo do tempo: “É um projeto em eterno desenvolvimento”. Um dos desenvolvedores do Radar, Leonardo Leite foi palestrante no evento deste ano.

LABORATÓRIO HACKER

Um das cobranças dos hackers é a abertura permanente do Poder Público. Em resposta, Antonio Lucio Rodrigues de Assiz, diretor de Comunicação Externa da Câmara e um dos organizadores da Hackdays, diz que a Casa caminha para a implantação de um laboratório hacker, no qual os programadores possam desenvolver e aprimorar, continuamente, ferramentas para facilitar o acesso aos dados do Legislativo. “Queremos incentivar um relacionamento contínuo, de modo que os aplicativos já apresentados possam ter novas fases de desenvolvimento e que outros possam surgir a qualquer momento”, diz Assiz. O diretor explica que falta decidir como a novidade funcionará. 

Projetos classificados



Apresentação de demandas

Autor: Edvaldo Felisberto dos Santos

Aplicativo para dispositivos móveis destinado à coleta de demandas dos cidadãos e posterior envio aos vereadores da CMSP. Projeto em aprimoramento.

Conversão para LexML

Autor: Peter Krauss

Converte, para formato compatível com o LexML, os arquivos publicados na página de Dados Abertos do portal da CMSP, o que facilita sua inclusão no portal www.lexml.gov.br, gerenciado pelo Senado para unificar a busca por normas dos três poderes nas esferas federal, estadual e municipal. Projeto em aprimoramento.



Monitor legislativo

Autores: Pedro Markun e membros da Transparência Hacker

Aplicativo para dispositivos móveis destinado à coleta de demandas. Pesquisa, por assunto ou número, projetos que viraram leis ou que ainda tramitam na CMSP. Traz a íntegra dos textos e detalha as etapas de sua tramitação. Disponível no link monitorlegislativo.org.br.

ORIENTAÇÃO

Karen Vieira (em pé), secretária-geral parlamentar, tira dúvidas dos hackers



Ricardo Rocha/CMSP

Passagem para o sossego

Vereadores e moradores se unem para tentar transformar o Elevado Costa e Silva em Parque Minhocão

Rodrigo Garcia | rodrigogarcia@camara.sp.gov.br

LAZER
Diversas atividades atraem os paulistanos para o Minhocão



Considerada uma obra feia, mas útil (ou útil, mas feia), o Elevado Costa e Silva há 43 anos marca a cidade de São Paulo com engarrafamentos, poluição e barulho. Muitos urbanistas comparam a via de 2,8 km a uma cicatriz. Mas durante a semana, das 21h30 às 6h30, e aos domingos e feriados, tudo muda. Os carros dão lugar a bicicletas, patins, skates e carrinhos de bebê. Os estressados motoristas são substituídos por homens, mulheres e crianças em busca de diversão.

Nesses períodos, o Minhocão (como o elevado é mais conhecido) fica fechado para o trânsito. Na prática, a via se transforma em um parque linear, ainda que não oficialmente. Pensando nisso, a Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) analisa o Projeto de Lei (PL) 10/2014, que, gradualmente, aumenta os períodos de proibição do tráfego no elevado e torna a via suspensa, de fato, no Parque Minhocão.

O projeto, apresentado pelos vereadores José Police Neto (PSD), Nabil Bonduki (PT),

Polêmico até no nome

Inaugurado em 25 de janeiro de 1971, o Elevado Costa e Silva surgiu com muitas controvérsias. Para o prefeito da época, Paulo Maluf, ele era “a maior obra viária urbana da América Latina”. Contudo, muitos paulistanos já o viam como um símbolo do autoritarismo dos tempos de ditadura militar.

Por causa dos acidentes rotineiros e do barulho, em 1976 o tráfego de veículos foi proibido da meia-noite às 5h. Em 1990, a prefeita Luiza Erundina regulamentou o fechamento do elevado, mas em 1996 o novamente prefeito Paulo Maluf tentou reabrir o Minhocão à noite e aos domingos. Foi impedido pela Câmara Municipal, que aprovou um projeto do então vereador José Eduardo Cardozo que tornava lei a proibição do tráfego de veículos no elevado nesses períodos.

A Prefeitura, que procura alternativas para amenizar os problemas do Minhocão, organizou, em 2006, a segunda edição do Prêmio Prestes Maia de Urbanismo. O projeto vencedor foi o dos arquitetos Juliana Corradini e José Alves, que viviam e moravam num apartamento próximo ao Minhocão. A proposta previa que o elevado seria “encaixotado” por uma estrutura metálica, que teria isolamento acústico e permitiria que os carros continuassem a passar. Fora da caixa haveria galerias com espaços culturais, praças de serviço e lanchonete e, em cima dela, um parque. O projeto não saiu do papel.

Outro aspecto polêmico é o nome do elevado, que homenageia o marechal Arthur da Costa e Silva, responsável por editar o Ato Institucional nº 5, que deu início ao período mais repressivo da ditadura militar. Projetos foram apresentados na Câmara para que ele passasse a se chamar Presidente João Goulart, Presidente Nestor Carlos Kirchner (ex-presidente da Argentina) ou Sobral Pinto (jurista brasileiro). Atualmente, a Câmara analisa uma proposta do vereador Nabil Bonduki (PT) para que o elevado se chame oficialmente Minhocão.



Ricardo Rocha/CNSP

BARULHO
Uma das grandes reclamações em relação ao elevado deve-se ao intenso tráfego, das 6h30 às 21h30

Toninho Vespoli (PSOL), Ricardo Young (PPS), Goulart (PSD), Natalini (PV), Aurélio Nomura (PSDB) e George Hato (PMDB), proíbe o trânsito de veículos no elevado em várias etapas. Se a proposta se tornar lei, em até três meses após a sanção do prefeito o tráfego será proibido também aos sábados; nove meses depois, ficará fechado nas férias escolares; em dois anos, o horário em que fica fechado durante a semana será ampliado; em três anos, pela manhã só funcionará no sentido bairro-centro e à noite no sentido centro-bairro. Finalmente, após quatro anos, o trânsito de veículos ficará proibido e o Parque Minhocão irá se tornar realidade (veja quadro na página 17).

“CARRODEPENDÊNCIA”

Segundo o vereador Police, “o Minhocão é o principal símbolo da síndrome da ‘carrodependência’, porque

é uma via que serve ao carro e não ao transporte coletivo”. Para ele, as linhas de metrô que estão em construção poderão compensar parte do trânsito que passa pelo elevado. “A criação do parque também vai estimular a revitalização do centro”, completa. O parlamentar ressalta, porém, que o PL 10/2014 não define as características do parque, como tamanho e horário de funcionamento. “Isso a Câmara vai discutir com a sociedade, já que a gestão do Parque Minhocão será democrática”.

O presidente da Associação Parque Minhocão, Athon Comolatti, é um dos maiores entusiastas do projeto. Segundo ele, aos domingos o local já serve como parque e proibir o trânsito aos sábados será “o primeiro e grande passo” para a oficialização. Comolatti explica que essa medida também vai ajudar a resolver questões de segurança e de limpeza. “Atualmente, a Prefeitura e a Polícia Militar fazem de conta que isso não é um parque”, afirmou em entrevista na sede da associação, que fica em um prédio na Avenida São João, a poucos metros dos carros que passam pelo elevado. O grupo, formado por moradores de vários bairros, tem organizado atos em favor do Parque Minhocão.

Os críticos mais ferrenhos do Minhocão, como o escritor Marcelo Rubens Paiva, defendem uma ação radical: derrubá-lo. Construções semelhantes passaram por esse processo há alguns anos em cidades como Boston (EUA) e Seul (Coreia do Sul). Mais

Inspiração nova-iorquina

Uma linha férrea desativada se tornou um parque suspenso em Nova York (EUA) e é o grande exemplo para os defensores do Parque Minhocão. Em 1999, a Prefeitura da cidade anunciou que iria derrubar mais um trecho de uma via ferroviária elevada a 10 metros do solo, desativada desde 1980. Dois moradores da região, Joshua David e Robert Hammond, criaram a Associação Amigos da High Line e conseguiram impedir a destruição e transformar o local em um parque.

O High Line foi inaugurado em junho de 2009. Com 2,3 km, é um sucesso entre moradores e turistas. “Tenho três metas para o High Line: que ele seja sempre amado pelos nova-iorquinos, que inspire outras pessoas a iniciar os próprios projetos e que fique melhor quando eu e Joshua sairmos da Associação”, afirmou Robert Hammond no livro *High Line – A História do Parque Suspenso de Nova York*.

Outro modelo que inspira os que sonham com o Parque Minhocão é o Promenade Plantée, parque suspenso com 4,7 km de comprimento, em Paris (França). Inaugurado em 1988, utiliza os trilhos de uma linha que funcionou de 1859 a 1969.



Equipe de Comunicação/CNSP

EXEMPLO
High Line Park, construído em via ferroviária suspensa, é sucesso em Nova York

Cicatriz na cidade

Largo Padre Péricles



SANTA CECÍLIA

PERDIZES

Marechal Deodoro

Sta. Cecília

Nome oficial:

Via Elevada Presidente Arthur da Costa e Silva

Inauguração:

25 de janeiro de 1971

Extensão: **2,8 km**

Altura máxima: **5,5 m**

Largura mínima: **15,5 m**

Distância mínima das janelas dos prédios: **5 m**

Número de carros que passam por dia:

em torno de 100 mil

Bairros percorridos:

Consolação, República, Vila Buarque, Santa Cecília, Barra Funda, Perdizes

CONSOLAÇÃO

Largo do Arouche

Praça Roosevelt

Fontes: - Caminhos dos Elevados: Memória e Projetos - CET

recentemente, o Rio de Janeiro também pôs abaixo o Elevado da Perimetral. Em seu blog, Paiva classifica o Minhocão como uma “das obras mais infelizes e horrosas de São Paulo”.

“Derrubar é um raciocínio simplista, como se houvesse apenas duas opções: derruba ou mantém os carros”, afirma Comolatti. “Porém, existe a opção de usar o que já temos. O parque é uma solução mais inteligente, mais humana, muito mais legal.” Segundo ele, pôr o elevador no chão também sairia muito caro, cerca de R\$ 100 milhões. “Com esse dinheiro é possível fazer um parque muito bom.”

O fotógrafo Felipe Morozini, morador do 13º andar de um prédio na Avenida São João, reclama muito do barulho e da poluição dos carros que passam pelo Minhocão. “Não posso nem abrir as janelas”, lamenta. Ele defende a criação do parque, pois espera que com ele a segurança da região melhore.

Taxista com ponto há 20 anos no Largo Padre Péricles (Perdi-

Em 4 anos

Instalação definitiva do Parque Municipal do Minhocão

Em 3 anos

Trânsito somente permitido do bairro ao centro pela manhã e do centro ao bairro à noite

Em 2 anos

Tráfego liberado apenas das 7h às 20h, em dias úteis

Em 9 meses

Fechado para veículos nas férias escolares

Em 3 meses

Trânsito proibido aos sábados

Mudança gradual

Alterações começariam a partir de quando a lei for sancionada


Fonte: PL 10/2014

AOS POUCOS • Para Comolatti, proibir o trânsito aos sábados será um passo importante



Ricardo Rocha/CNSP

zes), onde o elevador termina, Juramildo Tozo Miranda é contra a ideia do parque. “Para o mercado imobiliário seria ótimo, já que os prédios da região se valorizariam, mas para o trânsito seria o caos”, comenta.

Enquanto a cidade não decide o que fazer com seu elevador mais famoso, os moradores ocupam-no sempre que têm chance, especialmente aos domingos. Cada vez mais organizam diversas atividades que mudam a cara da via que tanto incomoda alguns paulistanos, transformando-a em um lugar para festas, jogos, feiras gastronômicas, grafiteiros, piqueniques, exposições de filmes e peças ou até para um banho de piscina. 

SAIBA MAIS

Livro

Caminhos do Elevado: Memória e Projetos. Rosa Artigas, Joana Mello e Ana Claudia Castro (organizadoras). Imprensa Oficial, 2008.

High Line: A História do Parque Suspenso de Nova York. Joshua David e Robert Hammond. BEÍ Editora, 2013.

Documentário

Elevado 3.5. João Sodré, Maíra Bühler e Paulo Pastorelo (diretores). 2007.

OPINE E ACESSE CONTEÚDO EXTRA

E-mail: apartes@camara.sp.gov.br

[f /RevistaApartes](https://www.facebook.com/RevistaApartes) [@RevistaApartes](https://twitter.com/RevistaApartes)



Mozart Gomes/CNSP

EM DISCUSSÃO
Características do parque serão determinadas pela sociedade, diz o vereador Police (de capacete preto)

Riqueza que vem do entulho

Parlamento e Executivo unem esforços para diminuir o desperdício e transformar em recursos o lixo paulistano

Gisele Machado | gisele@camara.sp.gov.br
Colaborou Bruna Cavalini

Todos os dias, a cidade de São Paulo produz mais de 20 mil toneladas de resíduos sólidos, os produtos não aproveitados das atividades domésticas, comerciais, industriais e de serviços de saúde, ou gerados pela natureza, como galhos e terra. Mais de 60% desse total vêm das residências e do comércio (o chamado lixo domiciliar), o que dá uma média de pouco mais de um quilo por habitante. Para dar um fim a todo esse material, somente neste ano a Prefeitura vai gastar cerca de R\$ 2 bilhões.

Para diminuir essa fortuna gasta com o lixo, o Executivo paulistano elaborou o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS) para os anos de 2014 a 2033. A prioridade número um da proposta é adotar políticas para a não geração de resíduos e, quando não for possível, a meta é reduzir o material descartado. Em seguida, a ordem de ações prioritárias é a máxima reutilização de materiais, a reciclagem, o tratamento e, por fim, a destinação ambientalmente adequada daquilo que não é possível aproveitar de forma alguma.

Essa hierarquia de metas e todas as diretrizes do PGIRS foram incorporadas ao novo Plano Diretor Estratégico (PDE), aprovado em junho pelos vereadores da Câmara Municipal de São Paulo (CMSP). Com a sanção do PDE pelo Executivo, os apontamentos do PGIRS também serão transformados em lei.



“O plano integrado de resíduos sólidos é um decreto do prefeito que poderia ser revisto por outro decreto, mas, por estar incorporado ao PDE, vira lei e, dessa maneira, temos ampla condição de cobrar todos os governantes, pelos próximos 16 anos”, explica o vereador Nabil Bonduki (PT), relator do projeto de lei (PL) do PDE e autor do substitutivo aprovado na Câmara.

Mais importante lei urbanística da cidade, o Plano Diretor deve ser revisto pelo menos uma vez a cada dez anos e define as diretrizes para o uso do solo, além dos sistemas de circulação. O PDE aprovado em 2014 estabelece objetivos a serem alcançados ao longo de quatro gestões do Executivo, até 2029.

Na linha da principal diretriz proposta pelo PGIRS, o PL 313/2013, do vereador Eduardo Tuma (PSDB), propõe a criação do Programa Lixo Zero. Entre as ações previstas no projeto está a constituição das “usinas limpas”, capazes de transformar lixo orgânico em energia, adubo para florestas e materiais de construção como pisos, painéis e telhas. O conceito é inspirado em iniciativa de Márcia Macul e Sérgio Prado, arquitetos brasileiros que, em 2011, foram finalistas em competição mundial da organização indiana Ashoka Changemakers para escolher, entre 289 inscritos, as três melhores soluções para tornar as cidades mais sustentáveis.

“O lixo no Município é desperdiçado, trazendo para o setor público um grande ônus para seu armazenamento e tratamento em aterros sanitários”, aponta Tuma. A ideia do Programa Lixo Zero é diminuir a quantidade de lixo reaproveitável que é descartada, além de incentivar a reciclagem e a transformação dos resíduos em energia.

VALOR SOCIAL

A cada partida realizada na Copa do Mundo deste ano, os torcedores descartaram uma média de cinco toneladas de resíduos por estádio. Para recolher e processar essa quantidade de recicláveis, os catadores receberam diária de R\$ 110 da Coca-Cola, uma das patrocinadoras do mundial. Além de receberem pelo serviço prestado, puderam comercializar o material. A iniciativa foi pioneira em um evento desse porte, segundo o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR).

“Significa pagar por um serviço que hoje é realizado de graça por nós, catadores, que sobrevivemos apenas do valor do material, sempre muito baixo, e não

pelo serviço ambiental que realizamos”, diz Eduardo Ferreira de Paulo, que coleta materiais recicláveis e é associado à Cooperativa de Catadores Autônomos de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis (Coopamare) e membro do Comitê de Catadores da Cidade de São Paulo e da Coordenação Nacional do MNCR.

Usar a coleta seletiva para gerar renda, cidadania e inclusão é um dos princípios do Plano paulistano de Gestão de Resíduos. Tanto que um trecho do documento prevê a criação de fundo financeiro para fortalecer as organizações de catadores e garantir a remuneração dos serviços prestados. Nesses mesmos moldes, o PL 591/2013, de Nabil Bonduki, determina remuneração pelos serviços das associações e cooperativas de catadores, além do pagamento pelo peso de resíduos triados e pela capacitação dos trabalhadores. “Os catadores prestam serviço de limpeza pública e, então, devem ser remunerados também por isso”, diz o parlamentar.

IMPORTÂNCIA • Bonduki: “Os catadores prestam serviço de limpeza pública”



Mozart Gomes/CMSP

O MNCR, uma das entidades que contribuíram com Nabil Bonduki para a elaboração do PL, diz que o projeto representa um avanço ao transformar em lei a “intenção” embutida no PGIRS. O movimento pede, entre outros pontos, que o vereador adapte o texto à legislação nacional, que prevê, por exemplo, a dispensa de licitação para a contratação de associações e cooperativas de catadores pelo Poder Executivo.

Hoje, a cidade de São Paulo recicla menos de 2% do lixo coletado, mas a Prefeitura quer ampliar essa porcentagem para 10% até 2016. Para isso, no fim de junho o Executivo inaugurou a Central Mecanizada de Triagem Ponte Pequena e, até julho, pretende pôr em funcionamento a Central de Triagem Santo Amaro. Cada uma terá a capacidade de processar 250 toneladas por dia de material reciclável.

PROPOSTAS PARA RECICLAGEM

Pelo menos quatro leis aprovadas pela CMSP tratam da regulamentação

TENDÊNCIA • Projeto do vereador Tuma cria o Programa Lixo Zero em São Paulo



Mozart Gomes/CMSP



LIXO ZERO • Especialistas europeus Pål Mårtensson (à esquerda) e Camille Duran em evento na Câmara

do universo paulistano da reciclagem. A 14.973/2009, proposta pela ex-vereadora Claudete Alves, é responsável por obrigar grandes geradores de resíduos a separar suas sobras por tipo: papel, plástico, metal, vidro e não recicláveis. O texto disciplina o armazenamento, a coleta, a triagem e a destinação desses materiais. Os atingidos pela lei foram escolhidos em função da quantidade de lixo gerado. A 14.907/2009, do vereador Milton Leite (Democratas), determina a instalação de recipientes para coleta em estabelecimentos comerciais com concentração média de 500 pessoas ou mais. As duas legislações preveem multa em caso de infração.

A Lei 13.513/2003, apresentada pelo ex-vereador Carlos Apolinário, obriga o Executivo a enviar à CMSP relatório bimestral sobre a execução

da coleta, tratamento e destinação final do lixo no Município. “É fundamental que os vereadores tenham as informações necessárias para que possam participar dos debates e soluções deste problema e para que tenham condições de intervir na defesa do interesse público, na proteção do meio ambiente e no cuidado da saúde do munícipe paulistano”, menciona a justificativa do projeto.

Outra lei, a 12.493/1997, de Paulo Frange (PTB), define que a Prefeitura instale lixeiras para coleta seletiva nos estabelecimentos públicos municipais de ensino. “A diretoria de cada escola promoverá a venda, pelo maior preço, do lixo colhido”, diz o texto. O valor deve ser investido na própria unidade escolar.

Entre os projetos de lei apresentados nesta legislatura (2013 a 2016), está o PL 218/2013, da vereadora Patrícia Bezerra (PSDB), que determina que os pontos de venda varejistas de produtos embalados

disponham de urnas ao lado dos caixas, para destinação das embalagens que os clientes não desejam levar para casa. Em caso de descumprimento, a proposta prevê multa.

O vereador Floriano Pesaro (PSDB), por meio do PL 576/2013, quer estimular os comerciantes a disponibilizarem, em suas calçadas, coletores separados para recicláveis, lixo eletrônico e bitucas de cigarro, entre outros. De acordo com o PL 167/2014, de Aurélio Nomura (PSDB), haverá um conselho gestor para cada uma das três estações de transbordo (locais intermediários entre o ponto de coleta e a destinação final dos resíduos) paulistanas. Segundo o projeto, os conselhos vão propor melhorias à atividade e metade de seus membros deve ser da sociedade civil.

EDUCAÇÃO E PUNIÇÃO

Em 12 de maio, foi realizado na Câmara Municipal o I Seminário Internacional Legislação para o Lixo Zero. Um dos convidados, Camille Duran, que falou em nome do movimento Zero Waste Europe (Desperdício Zero Europa), apontou que é fundamental educar as pessoas para se chegar ao lixo zero. A organização da qual ele faz parte promove os conceitos de redução dos resíduos gerados e materiais consumidos, a conservação e recuperação dos recursos e a diminuição do volume de itens queimados ou enterrados. “A questão não é tomar essa ou aquela medida, mas fazer com que as pessoas entendam onde você está tentando chegar. As pessoas são inteligentes e querem ajudar, mas precisam de informação”, disse Duran.

Algumas leis aprovadas pela CMSP propõem a educação como

forma de combate ao problema de geração de lixo. Com a Lei 15.099/2010, elaborada pelo vereador Arselino Tatto (PT), a Prefeitura ficou obrigada a veicular campanhas de conscientização, a cada três meses, para evitar que o cidadão suje a cidade. O texto também determina que as empresas de coleta e varrição façam ações educativas em parceria com o Executivo.

Com a mesma intenção, a Lei 14.439/2007, cujo projeto é da vereadora Soninha, diz que a admi-

Como separar o lixo reciclável

-  **Vidro**
Lave bem e retire as tampas.
-  **Papel**
Embale diretamente em sacos plásticos.
-  **Plástico**
Lave bem para retirar resíduos, como detergente e xampu, que podem dificultar a triagem e o aproveitamento.
-  **Metal**
Latinhas de refrigerante, cerveja e enlatados devem ser amassadas ou prensadas para facilitar o armazenamento.

Os resíduos podem ser disponibilizados nas vias em que há coleta porta a porta. Se há contêiner, não é preciso separar por tipo.



O CAMINHO DA COLETA

Os paulistanos geram **20 mil toneladas** de resíduos por dia, sendo que mais de **60%** vêm dos domicílios e comércios. Veja para onde vai esse lixo:

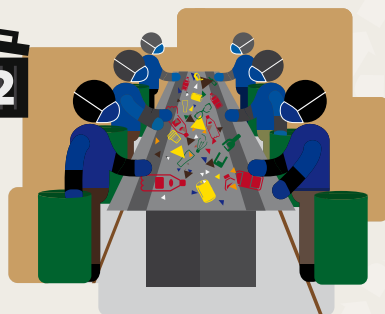


1 COLETA

As 2 concessionárias da Prefeitura fazem a coleta de porta em porta do lixo comum e do reciclável (em alguns endereços).

2 TRIAGEM

O lixo que pode ser reciclado segue para triagem em uma das 21 cooperativas associadas ou na central mecanizada, que juntas processam 500 toneladas por dia.



3 TRANSBORDO

O lixo que não serve para reciclagem vai para uma das 3 estações de transbordo (pontos entre a coleta e o aterro sanitário) da capital.



4 ATERRO

Esses resíduos seguem em carretas para 2 aterros sanitários, grandes áreas preparadas para receber o lixo, sem risco de contaminar o lençol freático.



• A Prefeitura é responsável por gerenciar apenas o lixo domiciliar, o comercial (em pequenas quantidades, conforme Lei 13.478/2002) e o público, por coleta ou varrição. Outros tipos de resíduo, como o industrial, de saúde e o agrícola, são de responsabilidade do gerador.



AGENTES • Projeto de lei quer que catadores sejam remunerados pelo serviço ambiental

nistração pública deve providenciar programas educativos aos servidores sobre reciclagem e reutilização de materiais em suas atividades. Também com apelo para a conscientização, a Lei 12.403/1997, proposta pelo ex-vereador Alberto Hiar (Turco Loco), cria o Dia do Lixo no Lixo na cidade, para que o calendário oficial contemple reuniões e palestras de esclarecimento sobre a limpeza urbana.

Entre os projetos desta legislatura, o PL 583/2013, de Jair Tatto (PT), propõe multar os cidadãos que jogarem lixo fora dos locais adequados nas ruas paulistanas. Em 2013, a cidade do Rio de Janeiro adotou medida igual e conseguiu reduzir em 50% a quantidade de lixo largado nas ruas. A aplicação de penalidade também está prevista no PL 562/2013, do vereador Conte Lopes (PTB), para quem jogar lixo nas calçadas em vez de destiná-lo às lixeiras comuns ou para recicláveis. O parlamentar, além de educar a população, quer também evitar o entu-

pimento dos bueiros, que colabora para as enchentes. “Quando o infrator passar pelo constrangimento público de ser multado, certamente evitará a reincidência”, diz a justificativa da proposta.

Outro projeto que prevê penalidade para quem não entrar na luta pela diminuição de resíduos é o 742/2013, da vereadora Sandra Tadeu (Democratas). Segundo a iniciativa, as pessoas que não contribuírem para minimizar os resíduos (por meio da racionalização, reutilização, reciclagem ou recuperação) devem ser submetidas a medida educativa, além de advertência e multa já previstas em lei.

Ao lado da educação dos cidadãos, caminham medidas para minimizar os impactos ambientais. Entre outros objetivos, a Frente Parlamentar de Sustentabilidade da CMSP debate regularmente, em reuniões públicas, temas relacionados às questões ambientais do Município. O grupo, presidido pelo vereador

Ricardo Young (PPS), é formado por Abou Anni (PV), Andrea Matarazzo (PSDB), Ari Friedenbach (PROS), Aurélio Nomura, Eduardo Tuma, Floriano Pesaro, José Police Neto (PSD), Juliana Cardoso (PT), Laércio Benko (PHS), Mario Covas Neto (PSDB), Nabil Bonduki, Natalini (PV) e pelo vice-presidente Toninho Vespoli (PSOL).

Uma das legislações que busca preservar o meio ambiente em São Paulo é a Lei 10.939/1991, de Arselino Tatto, que proíbe a implantação de sistemas poluentes de tratamento de lixo em áreas de proteção de mananciais. Pela lei, nessas áreas podem funcionar apenas sistemas que, comprovadamente, não agridam os mananciais, como usinas de compostagem aprovadas em estudo de impacto ambiental e incineradores e centros de triagem de resíduos que não produzam agentes poluidores.

Pål Jorgen Mårtensson, palestrante do Seminário Lixo Zero, realizado na CMSP, é coordenador do EcoPark, na cidade sueca de Gotemburgo, projeto operado pela prefeitura (em cooperação com um centro de caridade) para cuja sede os cidadãos podem levar materiais para reciclagem ou doar resíduos e produtos para reutilização. As doações são vendidas em lojas no próprio Ecopark. Para Mårtensson, “o lixo é a prova de que há algo errado na sociedade”, pois simboliza o desperdício de recursos que custam muito caro para se obter.

DESCARTE • Lei de autoria de Milton Leite obriga instalação de recipientes de coleta em estabelecimentos comerciais



PENA • Se o projeto do vereador Jair Tatto for aprovado, quem jogar lixo na rua será multado



SAIBA MAIS

Seminário Internacional Legislação para o Lixo Zero - Íntegra das apresentações no link goo.gl/1YX7K

ENTREVISTA | Ariovaldo Caodaglio

Autor de *Limpeza Urbana na Cidade de São Paulo - Uma História para Contar*, **Ariovaldo Caodaglio** faz um panorama histórico da coleta de lixo e explica como os depósitos antigos alteraram até mesmo o desenho viário e a forma de ocupação do Município.

Como a limpeza pública da cidade evoluiu desde o século 17?

No início do seu povoamento, com menos de 5 mil habitantes, os resíduos eram basicamente de refeições, couros de sapatos, roupas e arreios (acessórios utilizados em cavalos), que eram enterrados nos quintais das casas. Com a industrialização, o Poder Público, representado pela própria Câmara Municipal, já que não tínhamos prefeito, encarregava-se de evitar que o lixo proliferasse e fosse colocado em locais indesejados. À medida que a cidade crescia, pouco antes da virada do século 19 para o 20, o Legislativo precisou assinar e gerir o primeiro contrato com uma empresa privada de coleta de resíduo. Devido aos altos e baixos na relação entre contratante e contratado, volta tudo a ser feito pelo poder público municipal, até 1910. Com o adensamento no centro, resíduos passam a ser jogados na periferia. Surgem os lixões e os veículos



RESPONSABILIDADE • Legislativo gerenciava os resíduos da cidade diretamente, conta Caodaglio

para transportar o lixo. Na década de 70, a coleta em sacos plásticos* foi outro avanço para aquele momento, se considerarmos que as pessoas colocavam o lixo para fora em latas de 20 litros. O barulho era infernal (na hora do transporte) e com o tempo formava-se uma crosta contaminadíssima nas latas. O último salto foi a coleta com contêineres, que começaram a ser colocados em re-

Gustavo Carbalho/CMSP

“*Com o adensamento no centro, resíduos passam a ser jogados na periferia*”

giões de difícil acesso. Temos hoje estação de transbordo moderníssima, sem cheiro, inaugurada há dois anos, mas já tínhamos duas na década de 60.

**Prevista em decreto que regulamentou a Lei 10.227/1972, proposta pela CMSP*

Seu livro relaciona a cultura dos lixões à especulação imobiliária, por volta de 1975. Como isso ocorreu?

Começou-se a jogar resíduos nas várzeas para aproveitar o espaço que servia para dar vazão aos rios, quando chovia muito. Essas áreas começaram a ser paulatinamente solidificadas pelo depósito de lixo e terra. Já sólidos e com baixíssimo custo, os terrenos foram aproveitados pelo mercado imobiliário. Depois que constrói, o governo retifica o rio para impedir inundações, põe muretas, afunda a calha, tira areia do fundo para aumentar a capacidade de

vazão. E o entorno das várzeas, que eram absolutamente desvalorizadas, valorizam-se. Aí vem o pessoal da mobilidade urbana, pensa em ligar uma zona da cidade à outra e traça um negócio chamado avenida marginal, que passa a ser uma das artérias mais importantes da vida paulistana, ao lado da qual se veem centros comerciais e residenciais. Essa valorização imobiliária surge da necessidade de se colocar o resíduo em algum lugar. Tudo começou no lixo e espero que não termine no lixo.

A falta de mão de obra do setor atualmente tem a ver com preconceito histórico?

Sempre teve. O primeiro sistema de coleta da cidade era executado por pessoas que ainda estavam cumprindo pena por terem cometido algum tipo de delito, ou seja, presidiários. Havia um decréscimo da pena de quem se prestasse a fazer o serviço de passar nas casas com carroças e coletar o lixo. No Rio de Janeiro os escravos pegavam os resíduos e iam até a Baía de Guanabara para lançar. No momento atual, o problema é esse tipo de mão de obra ser a base da pirâmide social, disputada ao mesmo tempo pela construção civil, que está num boom intenso.

OPINE E ACESSE CONTEÚDO EXTRA

E-mail: apartes@camara.sp.gov.br

/RevistaApartes @RevistaApartes

A evolução da coleta em São Paulo



1. Funcionários da limpeza urbana, na década de 1930, em estação de compostagem precursora do sistema adotado nos anos 1970



2. Ambulância veterinária e veículo coletor de animais mortos e machucados, em meados de 1930 (foto 2). Também da década de 1930, caminhão coletor considerado moderno para a época (imagem 3)



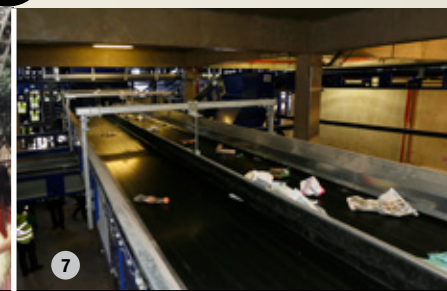
4. Varredoras coletoras mecanizaram a limpeza pública em 1937



5. Os sacos de lixo feitos com papel kraft foram utilizados, pela primeira vez, em 1955. Os de plástico (foto) surgiram nos anos 1970



6. Em 1989 a cidade adotou um programa de coleta seletiva em alguns locais públicos



7. Inaugurada em junho de 2014, a Central Mecanizada de Triagem Ponte Pequena ajudará a quintuplicar a coleta seletiva até 2016

Fonte: *Limpeza Urbana na Cidade de São Paulo - Uma História para Contar*

Fotos: 1, 2, 3, 4 e 6 - Acervo Amlurb | 5 - *L/Flickr | 7 - Cesar Ogata/Secom Prefeitura de SP

O vereador que virou presidente

Das bandeiras curiosas às ameaças de renúncia, Jânio Quadros antecipou na passagem pela CMSP marcas da sua carreira política

Fausto Salvadori Filho | fausto@camara.sp.gov.br

Dentro do carro, o olhar vesgo do jovem vereador Jânio Quadros se fixou numa quitanda da Rua Líbero Badaró, no centro de São Paulo. “Pare o carro, Chico”, pediu ao dono do automóvel, o também vereador Francisco Assumpção Ladeira. Os dois haviam acabado de almoçar juntos, na casa de Jânio, onde Chico se impressionara com a pobreza do colega, evidente na comida simplória e no sofá com molas saltando para fora do estofamento.

Jânio desceu do carro e foi até a quitanda. Perguntou ao português dono do estabelecimento se poderia levar um abacaxi estragado que estava jogado em uma cesta. O proprietário estranhou o pedido, mas deixou que o vereador saísse de lá com a fruta podre enrolada em jornal. Jânio voltou ao veículo e foi com Chico até a Câmara Municipal de São Paulo (CMSP), que, nos anos 40, funcionava no Palacete Prates, no Vale do Anhangabaú.

No plenário, pediu a palavra. Diante do microfone, brandiu o abacaxi podre e disse que havia flagrado a fruta sendo vendida pelo comércio. Fez um discurso inflamado em que denunciou a baixa qualidade dos produtos oferecidos ao público paulistano. “Foi fazendo essas coisas que ele chegou a presidente



EM 1948 Jânio concede entrevista no primeiro ano de mandato na CMSP

da República”, concluiu Ladeira, ao contar a história em entrevista de 2008, três anos antes de morrer.

Entre janeiro de 1948 e março de 1951, período que marcou a estreia de Jânio Quadros na vida política, como vereador da primeira legislatura da CMSP após o fim da ditadura do Estado Novo, ele já adotava aquelas que seriam as principais marcas de toda a sua carreira.

ASCENSÃO RÁPIDA

O vereador Jânio Quadros abraçou bandeiras que misturavam reivindicações típicas da esquerda e da direita. Ao mesmo tempo em que denunciava as condições de vida miseráveis do “proletário” e atacava as grandes corporações, pedia a intervenção do Estado para resolver todos os problemas do povo. Também lutava por causas curiosas que tivessem uma pegada moralista, incluindo o combate à exibição de seios nas telas de cinema e à venda de histórias em quadrinhos nas bancas de jornais.

Após deixar a vereança, Jânio precisou de apenas dez anos para chegar à Presidência da República, passando pelos cargos de deputado estadual, prefeito e governador. Mas se a ascensão foi meteórica, o auge foi fugaz. No Palácio do Planalto, voltou a levantar bandeiras incomuns, com cores moralistas. Criou leis que proibiam as brigas de galo, os maiôs em concursos de misses e os biquínis nas praias. Também embaralhou direita e esquerda ao combinar uma política interna conservadora com uma política externa independente, que buscou a aproximação com países comunistas e condecorou o então ministro Ernesto Che Guevara, um dos líderes da Revolução Cubana. Em 25 de agosto de 1961, renunciou à Presidência, após sete meses no cargo.

“Jânio Quadros acreditava que o Congresso e os ministros militares não fossem aceitar a sua renúncia, afinal, no passado, todas as vezes em que havia exercido esse ato, tinha sido imediatamente reconduzido ao poder, conseguindo melhores posições políticas”, relata a cientista social Vera Chaia, no livro *A Liderança Política de Jânio Quadros (1947-1990)*. O presidente sabia que os ministros militares, alinhados com os interesses norte-americanos, teriam dificuldade para engolir seu vice, João Goulart, com perfil ligado à esquerda. Afonso Arinos de Mello Franco, ministro de Jânio, e o amigo J. B. Viana de Moraes, citados pela autora, afirmam que ele apostava que as Forças Armadas assumiriam o controle do País e o chamariam de volta à Presidência, politicamente fortalecido.

Mas o blefe foi levado a sério e Goulart tornou-se presidente, apenas para ser deposto três anos depois, em 31 de março de 1964, com um golpe de Estado. Era o começo de uma ditadura militar que só acabaria em 1985. Neste mesmo ano, Jânio comemorou sua última conquista política, ao ser eleito, pela segunda vez, prefeito de São Paulo (veja mais na página 31).

DESMAZELO E CASPA

O joguinho da renúncia era uma mania anterior à política. “Em uma das escolas onde trabalhou, chegou a demitir-se mais de uma vez, irritado com qualquer coisa, apenas para aparecer na mesma escola no dia seguinte pontualmente, na hora da aula, como se nada tivesse acontecido”, descreve o primeiro volume da obra *Jânio: Vida e Morte do Homem da Renúncia*, biografia com milhares de páginas que vem sendo escrita e editada por Bernardo Schmidt. A

trajetória de Jânio como vereador é o tema do segundo volume da obra, que deve ser lançado neste ano.

Formado em Direito no Largo São Francisco da Universidade de São Paulo, Jânio trabalhou como advogado, mas o grosso da sua renda vinha das aulas de geografia e português que dava em colégios como Dante Alighieri e Vera Cruz. Orgulhava-se de ser “um professor muito austero”, que não permitia meninas de batom em suas aulas e obrigava os alunos atrasados a entrarem pela janela. Apesar da dureza, era um mestre querido, tanto que os alunos foram seus principais cabos eleitorais quando decidiu se lançar candidato pela primeira vez, em 1947, pelo pequeno Partido Democrata Cristão (PDC).

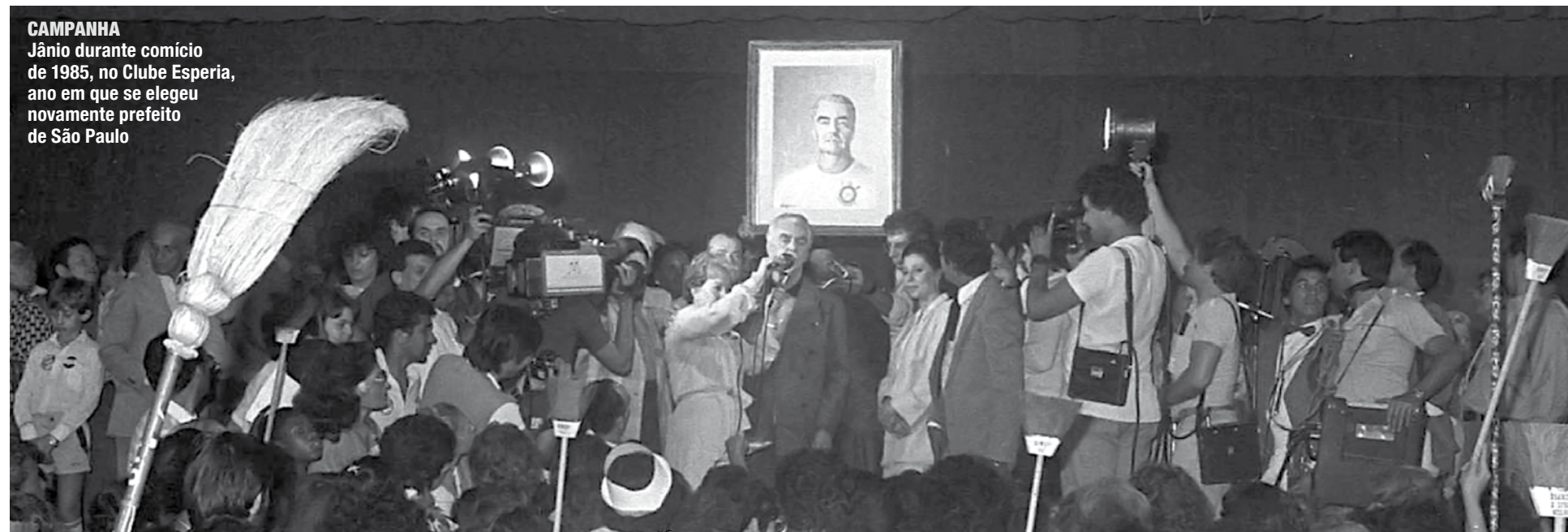
Logo na sua primeira campanha, ele tratou de se mostrar como um representante da classe trabalhadora que começava a encher as periferias de São Paulo. Apesar do português empolado de professor das antigas, mantinha uma aparência descuidada que passava a imagem de um homem simples. Durante a campanha e mesmo depois de

eleito vereador, apresentava-se com “cabelos compridos, despenteados, barba até de 15 dias por fazer, roupa amarrotada, suja, gravata com laço feito há meses, enfim, um homem desleixado, com noites mal dormidas”, descreve J. Viriato de Castro em *O Fenômeno Jânio Quadros*.

O aspecto desleixado, consequência real de uma campanha pesada conduzida por um homem sem recursos, com o tempo se tornou um instrumento de marketing. Para continuar a pagar de homem do povo, Jânio adotou o desmazelo como uniforme pelo resto da vida política. Chegava a simular que havia caspa sobre os ombros do terno escuro para parecer mais humilde.

LIBERAL ATÉ CERTO PONTO

A campanha modesta do candidato desarrumado foi vitoriosa. Jânio elegeu-se vereador com 1.707 votos, suficientes para uma cadeira no Parlamento paulistano. Em 31 de dezembro de 1947, na véspera da posse da nova Câmara Municipal, uma decisão da Justiça Eleitoral cassou os mandatos de 15 vereadores comunistas do Partido Social Trabalhista

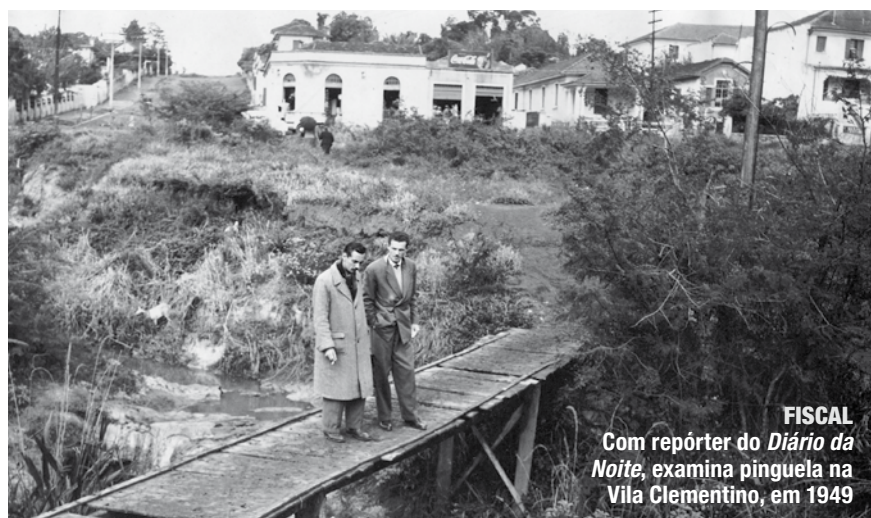


CAMPANHA
Jânio durante comício de 1985, no Clube Esperia, ano em que se elegeu novamente prefeito de São Paulo

(PST). Surgiu aí a lenda de que Jânio teria sido eleito como suplente e empossado graças a essas cassações. Uma mentira que ganhou pernas longas e foi repetida em quase todas as biografias do político, exceto a mais recente, de Schmidt.

Em comum com os comunistas, Jânio disputava o voto das classes trabalhadoras. Ia a diferentes bairros da cidade, de Perus à Mooca, além de visitar os locais de trabalho dos operários, para depois denunciar na tribuna e nos jornais como essas pessoas moravam e trabalhavam mal em São Paulo. “O proletário está condenado a nascer e morrer proletário, e na sua pobreza só consegue empobrecer mais”, afirmou em discurso na tribuna.

A atuação de Jânio teve características de parlamentar de esquerda, tanto que o seu principal parceiro de legislatura era o vereador Cid Franco, do Partido Socialista Brasileiro (PSB). Só que Jânio não queria saber de denunciar o sistema econômico



FISCAL
Com repórter do *Diário da Noite*, examina pinguela na Vila Clementino, em 1949

Leis e bandeiras do vereador Jânio Quadros

Leis

Apresentou **162 projetos**, dos quais **35 viraram leis**. Entre eles, reorganização do Serviço Funerário, proibição do trânsito de boiadas, construção de abrigos para passageiros de bondes e ônibus, criação do Coral Municipal e mudanças em bairros como Sé, Pinheiros, Santo Amaro, Santana, São Miguel e Piqueri

Bandeiras

• **Histórias em quadrinhos**
Para Jânio, Popeye e Brucutu “representavam a força bruta” e “pervertiam a infância”

• **Álcool**
Propôs licença para vender cachaça e proibição de sua venda aos domingos

• **Dercy Gonçalves**
Considerou imoral peça de teatro com a atriz e sugeriu intervenção da polícia

• **Coca-Cola e Melhoral**
Para ele, refrigerante era “purgante” e remédio fazia mal

ou propor revoluções. Ele se definia como “um liberal na concepção boa do vocábulo”, embora costumasse propor a ação do Estado como “agente político controlador, fiscalizador e educador da sociedade” para a resolução da maioria dos problemas, como afirma Vera Chaia. Um Estado que, para a população, apareceria encarnado na humilde figura de Jânio, o político moralizador. Surgia uma das bases do janismo: a crença, segundo a autora, num “líder que poderia resolver os problemas nacionais”.

O PERIGO DE POPEYE

Jânio não era nada liberal quando se tratava de pedir a ação do Estado contra os que considerava os inimigos da saúde física e moral do povo brasileiro. Esses adversários podiam assumir várias formas, de refrigerantes a marinheiros comedores de espinafre.

Ele denunciou em seus discursos a Coca-Cola, a qual chamava de “purgante”, e também o remédio Melhoral, que, na época, usava o slogan “É melhor e não faz mal”. Com base numa reportagem do *Diário da Noite*, o vereador rebateu dizendo que o remédio “é pior e faz positivamente mal”.

As histórias em quadrinhos receberam ataques ainda mais violentos. Para o parlamentar,

personagens como o marinheiro Poppe ou o homem das cavernas Brutu estimulavam a violência e faziam “um trabalho de desagregação lento, mas seguro”, que acabaria, depois, “na irreparável delinquência de reformatórios e penitenciárias”.

Cinemas, circos, teatros e bingos também entraram no alvo da metralhadora moralista de Jânio. O filme checo *Êxtase*, de 1933, em que a atriz Hedy Lamarr mostrava os seios, foi denunciado num pronunciamento em que criticou “as produções obscenas, que constroem, envergonham e revoltam a assistência desprevenida do conteúdo dessas películas”. No caso dos bingos, tratava-se de um jogo que ameaçava “infeccionar o pouco que permanecia bom na sociedade”, enquanto os espetáculos de circo exibiam “imoralidades gritantes”.

Sobre uma peça de teatro de revista estrelada por Dercy Gonçalves, que considerava “pornográfica” e “imoralíssima”, Jânio lamentou que não sofresse repressão da polícia. “Ei-la aqui, sem nenhuma interferência da autoridade policial, que só existe para perseguir operários”, disse.

Outra marca dele era a teatralidade. Gostava de transformar suas falas na tribuna em performances, fosse com gestos grandiosos, palavras difíceis ou mesmo levando objetos. Além do abacaxi estragado, Jânio carregou para o Palacete Prates um paralelepípedo recolhido na rua para denunciar o descuido da administração com o calçamento e até um enorme pedaço de carne malcheirosa, que, segundo ele, estaria sendo vendida num mercadinho da Vila Maria.

JOGO DE CENA

Jânio soube tirar proveito até de um murro que recebeu do vereador Altimar de Lima. O motivo da briga era o Projeto de Lei 234/1949, que previa uma série de incentivos para clubes esportivos e que despertou manifestações contrárias de estudantes nas ruas, parecidas com os protestos dos movimentos contra a Copa do Mundo deste ano. Contrário ao projeto, ele havia batido boca com o colega Carlos Fairbanks, a quem chamou de “fascista”. Tomando as dores de Fairbanks, Altimar passou a discutir com Jânio e desferiu um murro no colega, que



25/1/1917	1947	1950	1953	1954	1958	1960	1961	1962	1964	1982	1985	16/2/1992
Nasce em Campo Grande (MS)	Eleito vereador em SP	Elege-se deputado estadual por SP	Vence a eleição para prefeito da capital paulista	Chega ao cargo de governador de SP	Novamente é eleito deputado estadual	Torna-se presidente da República	Renuncia ao mandato	Candidato derrotado ao governo de SP	Direitos políticos cassados pela ditadura	Outra vez candidata-se ao governo de SP e perde	Eleito prefeito paulistano	Morre em SP

caiu para trás e bateu a cabeça, sofrendo um pequeno corte. Sangrando, Jânio não só continuou na tribuna, como aproveitou para anunciar: “Este projeto só passará com as marcas do meu sangue”.

Brigas como essa estavam longe de ser raridade naquela época. “Era comum os vereadores brigarem fisicamente no plenário. Muitos iam para o Palacete Prates armados”, aponta Schmidt. Ele lembra que o próprio Jânio, na mesma legislatura, trocou socos com Cantídio Sampaio e José Estefno.

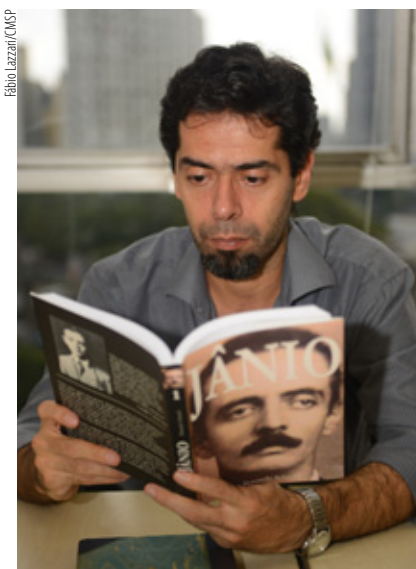
Entre os jogos de cena que gostava de fazer estavam as ameaças de renúncia. Segundo Schmidt, a primeira ocorreu no início do mandato, quando foi criticado nos jornais por apoiar uma decisão que criava salário para os vereadores, que até então trabalhavam sem receber. Numa entrevista ao jornal *Diário da Noite*, afirmou que estava magoado com as críticas e pensava em deixar o cargo.

Em 23 de fevereiro de 1948, Jânio apresentou, na Comissão de Defesa da Saúde e Economia do Povo, dois requerimentos em que questionava os gastos da Prefeitura, que acabaram adiados. Diante disso, o vereador tomou a palavra para anunciar “a renúncia, em caráter ir-

revogável” do cargo de membro da comissão, decisão que revogou minutos depois. Em 16 de abril, Jânio anunciou que renunciaria a duas comissões especiais por estar “adotado”, de novo em “caráter irrevogável”. Alguns vereadores pediram que reconsiderasse, em nome do “bem-estar geral da coletividade paulistana”. Novamente revogou o irrevogável, e manteve-se no cargo politicamente fortalecido.

As três ameaças eram puro jogo de cena. Jânio só renunciou de verdade à vereança em março de 1951, para assumir a cadeira de deputado estadual na Assembleia Legislativa de São Paulo, onde prosseguiu na sua trajetória política.

Em 1961, tentou aplicar o mesmo blefe da renúncia no Planalto. Do mesmo jeito que fez quando era professor, e quando foi vereador. O jogo de presidir um país durante a Guerra Fria, contudo, era mais complicado do que ele estava habituado. Sua manobra não deu certo. Só serviu para abrir caminho a uma crise que, três anos depois, desembocou numa sangrenta ditadura militar.



BIÓGRAFO
Bernardo Schmidt conta que o vereador Jânio ameaçou renunciar três vezes

SAIBA MAIS

Livro
O Fenômeno Jânio Quadros. J. Viriato de Castro. Edição do autor, 1956.

Jânio Quadros: O Prometeu de Vila Maria. Ricardo Arnt. Ediuoro, 2004.

Jânio: Vida e Morte do Homem da Renúncia. Volume 1: Um Moço bem Velhinho. Bernardo Schmidt. O Patativa, 2011.

A Liderança Política de Jânio Quadros. Vera Chaiá. Humanidades, 1991.

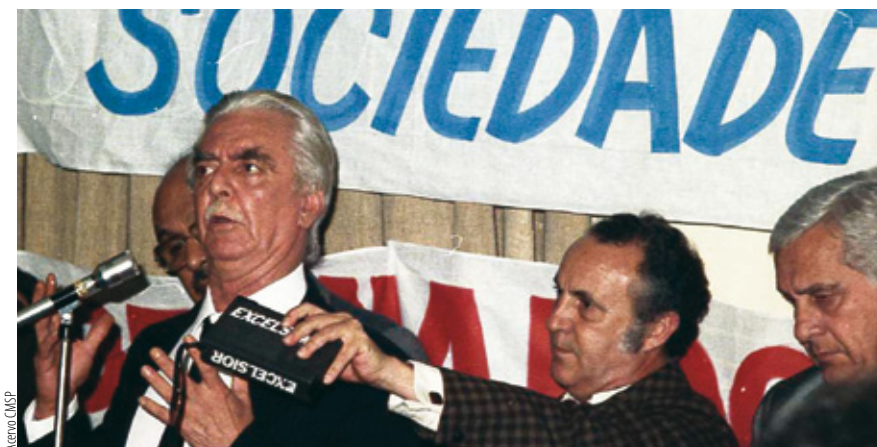
São Paulo na Tribuna: Primeira Legislatura (1948-1951). Luiz Casadei Manechini (organizador). Câmara Municipal de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2012.

Nome de medalha em homenagem aos GCMs

A Câmara promulgou, em 14 de maio deste ano, a Resolução nº 2, que cria a Medalha Jânio Quadros, com o objetivo de homenagear “guardas civis metropolitanos que se destacarem em ações benéficas aos municípios da cidade de São Paulo”, além de “personalidades civis e militares da sociedade paulistana”.

A medalha, proposta pelos vereadores Coronel Telhada (PSDB) e José Américo (PT), leva o nome de Jânio por ele ter sido o prefeito que criou a Guarda Civil Metropolitana, em 1986. A entrega da medalha ocorrerá, anualmente, em 15 de setembro ou em data próxima.

NA CÂMARA • Em 1985, durante evento em auditório do Palácio Anchieta



Em busca do ouro

Leis e projetos querem incentivar atletas e garimpar talentos para a Olimpíada de 2016

Fausto Salvadori Filho | fausto@camara.sp.gov.br

Se eu tivesse tido apoio, poderia ter ido muito mais longe”, avalia o campeão estadual de tae kwon do Herbert Lima, 27 anos. Filho de um mestre na arte marcial, Ciro de Lima, ele se apaixonou pelo esporte com sete anos de idade e passou a década seguinte treinando quatro horas todos os dias. O seu pior adversário o atacava fora do tatame: a falta de grana.

Tinha dias em que Herbert era obrigado a andar cinco quilômetros a pé até os locais de treinamento para economizar o dinheiro do lanche (“ou pagava a comida, ou pagava o ônibus”) e encarava treinos pesados, das 14h às 18h, apenas com um pão com manteiga no estômago.

O lutador teve um filho aos 17 anos e se viu forçado a abandonar os treinos para trabalhar.

Formou-se em engenharia elétrica e passou a equilibrar sua rotina entre os empregos de supervisor de manutenção de uma fábrica de motos e professor de tae kwon do. Engordou 20 quilos e passou a competir numa categoria em que os adversários tinham altura média de 1,90 metro, bem mais do que o seu 1,70 metro.

Contra tudo isso, conseguiu conquistar o campeonato estadual de tae kwon do por 15 vezes desde 1998. Contou com cara e coragem, já que, desde que começou a trabalhar, consegue treinar no máximo cinco horas por semana. O recomendável seriam cinco horas por dia.

“Eu vou às competições confiando só na minha experiência, porque treinamento eu nunca mais tive”, revela.

A dois anos da primeira Olimpíada em solo brasileiro, leis e projetos elaborados pelos vereadores da Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) buscam criar condições para que atletas como Herbert não sejam forçados a escolher entre o esporte e a sobrevivência, além de, quem sabe, revelar talentos capazes de trazer medalhas já para os Jogos de 2016.

MAIS ESPORTE, MENOS IPTU

Uma das iniciativas dos parlamentares é a Lei Municipal de Incentivo ao Esporte (15.928/2013), idea-

lizada por Orlando Silva (PCdoB), vereador suplente que substituiu temporariamente Netinho de Paula (PCdoB). A lei concede descontos no Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e no Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) para empresas e pessoas físicas que investirem em projetos esportivos. O objetivo, segundo Silva, é “a universalização da prática esportiva e paradesportiva na

cidade de São Paulo, tornando-a mais humana para todos”.

Aprovada em 2013, a lei foi regulamentada em fevereiro deste ano pelo prefeito Fernando Haddad (PT). “Trata-se de incentivo efetivo à criação e manutenção de programas ou mesmo eventos esportivos, assim como a manutenção de praças públicas de esporte”, explicou o secretário municipal de Esportes, Lazer e Recreação, Celso Jatene, durante a assinatura do decreto de regulamentação.

Após a publicação dos editais, as pessoas físicas ou jurídicas selecionadas pela Prefeitura receberão um certificado de incentivo, com validade máxima de um ano, com o qual poderão receber os benefícios fiscais. Os descontos nos impostos serão dados em troca de três tipos de investimento esportivo: patrocínio de projetos ou adoção de clubes da comunidade, valendo também a requalificação de equipamentos esportivos do governo; implantação e conservação de áreas de uso público, em terrenos privados, para esporte e lazer; e concessão de aulas gratuitas para modalidades esportivas em espaços públicos e de bolsas integrais anuais para a terceira idade praticar atividades físicas.

A lei cria, ainda, uma Comissão de Avaliação de Projetos Esportivos, encarregada de receber e aprovar ou rejeitar as propostas enviadas à Prefeitura, e uma Coordenadoria de Incentivos, para acompanhar a execução dos projetos e avaliar suas prestações de contas. O valor aplicado pelo Executivo municipal nos incentivos fiscais será definido pela Lei Orçamentária, aprovada na Câmara Municipal, e não pode

GUERREIRO
Campeão de tae kwon do,
Herbert abandonou os
treinos para trabalhar

ser inferior a 10% do orçamento da Secretaria de Esportes.

Herbert Lima, o campeão de taekwon do, achou a ideia excelente. “Essa lei tem tudo para mudar as condições do esporte em São Paulo”, diz. Mas faz uma ressalva: “É preciso conscientizar os empresários da necessidade de investir em diversos esportes, e não só nos mais populares”.

MUITO ALÉM DO ARROZ E FEIJÃO

Filho do bicampeão mundial de boxe e ex-vereador Éder Jofre, o assistente parlamentar Marcel Jofre, que trabalha no gabinete do vereador Aurélio Miguel (PR), lembra como seu pai treinava, nos anos 50 e 60, alimentado quase só com arroz e feijão. “Hoje em dia é tudo diferente”, compara.

Tudo mesmo. Colega de gabinete de Marcel, o ex-dirigente esportivo Mauzler Paulinetti explica por que fazer esportes a sério fi-

AUTOR
Orlando Silva propôs a Lei Municipal de Incentivo ao Esporte



INCENTIVO
Segundo o vereador George Hato, transporte grátis beneficiaria 30 mil atletas



cou caro: “Hoje, um atleta de alto rendimento precisa treinar, miseravelmente, seis horas por dia. Precisa ter alimentação especial e suplemento alimentar e se exercitar em outras modalidades, como musculação e corrida”. Além do treinamento especial, Paulinetti aponta outras necessidades de um atleta para que possa vencer: equipe multidisciplinar, com fisioterapeuta e nutricionista, e equipamentos caros, como roupa e tênis. “Treinando seis horas por dia, tem de escolher entre trabalhar ou estudar”, afirma.

Com todos esses gastos envolvidos, a atividade esportiva depende de apoio do Poder Público. Graças à proximidade dos Jogos Olímpicos



Paulistanos que chegaram ao ouro olímpico

Atleta	Olimpíada	Modalidade
Fofão	2008 - Pequim	Voleibol
Mari	2008 - Pequim	Voleibol
Robert Scheidt	2004 - Atenas 1996 - Atlanta	Vela - Laser
Torben Grael	2004 - Atenas 1996 - Atlanta	Vela - Star
Rodrigão	2004 - Atenas	Voleibol
Ricardinho	2004 - Atenas	Voleibol
Amauri	1992 - Barcelona	Voleibol
Marcelo Negrão	1992 - Barcelona	Voleibol
Aurélio Miguel	1988 - Seul	Judô
Alexandre Welter	1980 - Moscou	Vela - Tornado
Adhemar Ferreira da Silva	1956 - Melbourne 1952 - Helsinque	Atletismo - Salto triplo



VAI
Programa busca fomentar práticas esportivas formais e não formais



APOIO
Lei municipal concede desconto em IPTU e ISS para quem investir em projetos esportivos

cos de 2016, agora é uma boa hora para se apostar nos competidores. “É um bom momento para investir nos atletas e conseguir bons resultados nas classificatórias para a Olimpíada”, aponta Mauzler.

Uma possível forma de investimento é a lei da bolsa-atleta (15.020/2009), de Aurélio Miguel, judoca medalha de ouro na Olimpíada de Seul (1988) e bronze em Atlanta (1996). A legislação prevê financiar integrantes do programa dos Jogos Panamericanos, Jogos Olímpicos, Jogos Paraolímpicos ou Jogos Parapanamericanos, com valores mensais de R\$ 300 para atletas com idade entre 14 e 17 anos, e R\$ 600 para os de 18 a 25. Promulgada em outubro de 2009, pelo então prefeito Gilberto Kassab, a lei ainda não funcionou na prática porque não recebeu recursos do orçamento municipal. Em junho, a CMSP aprovou a Lei 16.014/2014, também de autoria de Aurélio Miguel, que atualiza os valores para R\$ 400 e R\$ 800 e muda a idade máxima dos contemplados para 21 anos.

NAS PERIFERIAS

O esporte em São Paulo não vive só de atletas olímpicos, mas também das rodas de capoeira, das competições nos campinhos dos bairros, do futebol de várzea. Pensando nisso, Aurélio Miguel criou o Programa para

PASSE LIVRE • Projeto prevê ônibus grátis para atletas de base de esportes olímpicos



ESPORTISTA • O vereador e campeão olímpico Aurélio Miguel ao lado de judocas mirins

a Valorização das Iniciativas Esportivas, batizado VAI do Esporte, por meio da Lei 15.994/2014. A ideia é dar ao esporte o mesmo incentivo que o Programa para Valorização de Iniciativas Culturais (VAI), criado pelo vereador Nabil Bonduki (PT) em 2003, proporcionou às ações culturais na periferia.

Voltado para “jovens de baixa renda e de regiões do Município desprovidas de recursos e de equipamentos comunitários”, o VAI do Esporte busca fomentar “práticas esportivas formais e não formais” e “incentivar as manifestações desportivas de criação local”. Podem participar pessoas físicas ou jurídicas, e cada projeto contemplado recebe até R\$ 15 mil. A lei cria uma Comissão de Avaliação de Propostas, encarregada de selecionar os projetos e, ao final, apreciar as contas apresentadas pelos beneficiários.

“Estudos recentes demonstram que os centros de esportes em áreas de baixa renda colaboram para afastar crianças e adolescentes carentes da criminalidade e da violência, por meio da inclusão social”, aponta

Aurélio Miguel. Promulgado em abril deste ano, o VAI do Esporte aguarda regulamentação.

PASSE LIVRE

Para diminuir os gastos dos atletas que precisam percorrer grandes distâncias até seus locais de treinamento, quatro vereadores criaram um projeto de lei que estabelece passe livre para os esportistas nos ônibus.

O PL 362/2013, de George Hato, Rubens Calvo, Nelo Rodolfo e Ricardo Nunes, todos do PMDB, prevê isenção de tarifa no transporte coletivo público no Município de São Paulo para os atletas de categorias de base de esportes olímpicos que “estejam federados na respectiva entidade regional de administração de desporto”. Na justificativa, os vereadores lembram que o jogador Ronaldo Fenômeno, no tempo em que era um menino de 12 anos de Bento Ribeiro, no subúrbio do Rio de Janeiro, passou em um teste no Flamengo, mas desistiu de jogar no time porque não tinha como pagar as quatro conduções diárias até a Gávea.

George Hato calcula que o transporte grátis beneficiaria cerca de 30 mil esportistas. Segundo ele, o projeto é “um reconhecimento dos vereadores aos atletas que se esforçam tanto para representar o País”. “O esporte é uma ferramenta social, que serve para focar o jovem num caminho bom”, aponta. Se aprovada a proposta, atletas como Herbert Lima não terão mais de optar entre o ônibus ou o lanche.

Iniciativas voltadas ao esporte



Número	Autor	O que é
LEIS		
15.928/2013	Orlando Silva (PCdoB)	Prevê isenção de IPTU e ISS para pessoas e empresas que invistam em projetos esportivos.
15.994/2014	Aurélio Miguel (PR)	Busca financiar projetos esportivos para jovens de baixa renda.
16.014/2014	Aurélio Miguel (PR)	Concede auxílio mensal entre R\$ 400 e R\$ 800 para atletas de 14 a 21 anos.
PROJETO		
362/2013	George Hato (PMDB), Rubens Calvo (PMDB), Nelo Rodolfo (PMDB) e Ricardo Nunes (PMDB)	Concede passe livre nos ônibus para atletas de categorias de base de esportes olímpicos.

OPINE E ACESSE CONTEÚDO EXTRA

E-mail: apartes@camara.sp.gov.br

/RevistaApartes @RevistaApartes

Homenagem à segurança pública

Seis policiais civis, militares e GCMs receberam a Medalha Tiradentes neste ano

Gisele Machado | gisele@camara.sp.gov.br

No fim da noite de 20 de dezembro de 2013, o guarda civil metropolitano (GCM) Dorival Gonçalves Filho voltava para casa em trajes civis, de ônibus, com pelo menos outros 40 passageiros, quando um grupo armado anunciou um assalto. Um dos ladrões foi em direção ao policial, que deu voz de prisão. Por terem reagido, Gonçalves Filho disparou, acertou os assaltantes e recuperou dinheiro e objetos roubados. Nenhum dos passageiros ficou ferido.

O GCM é um dos seis homenageados de 2014 com a Medalha Tiradentes e o Diploma de Reconhecimento, concedidos anualmente pela Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) aos profissionais da segurança pública que se destacaram em ações benéficas à população paulistana. Joaquim José da Silva Xavier, líder da Inconfidência Mineira, dá nome à Medalha por ser o patrono da polícia brasileira. “O prêmio é um ato de grande relevância dentro da minha profissão e o reconhecimento de um empenho em prol da sociedade paulistana”, disse Gonçalves Filho, que leva sua primeira medalha após 22 anos na GCM.

O delegado da Polícia Civil Fábio Nelson Fernandes, que há 13 anos trabalha na Divisão Antissequestro, foi indicado para receber a honraria particularmente pelo resgate de uma mulher que estava havia quatro dias em cativeiro. O sequestrador foi identificado graças a interceptações telefônicas e, ao ser preso, indicou o local do esconderijo. “Quando nosso trabalho dá 100% certo, e isso acontece bastante, ele é coroado com o encontro entre a pessoa que estava com o criminoso e sua família, o que é muito emocionante, muito gratificante”, conta Fernandes.

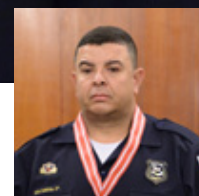
Também da Polícia Civil, o delegado Osvaldo Nico Gonçalves ganhou a homenagem por dismantelar quadrilhas e prender pessoas que se organizavam, inclusive pela internet, para assediar mulheres no metrô e trem. “De janeiro para cá, conseguimos baixar muito essas ocorrências, em um trabalho grande da Polícia Civil com o pessoal do metrô e com o apoio das mulheres, que começaram a denunciar”, afirmou o delegado.

Outro homenageado da noite, o coronel Reynaldo Simões Rossi, foi indicado pelo

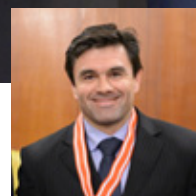


Medalha Tiradentes 2014 Homenageados

BEM-ESTAR
A soldado Geanny Severino, uma das homenageadas, cuida da segurança do Palácio Anchieta



Dorival Gonçalves Filho
GCM



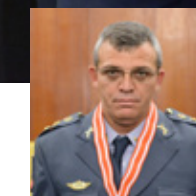
Fábio Nelson Fernandes
delegado da Polícia Civil



Geanny Silva Severino
soldado da PM



Osvaldo Nico Gonçalves
delegado da Polícia Civil




Reynaldo Simões Rossi
coronel da PM



Sidney Pureza do Nascimento
inspetor da GCM

comando-geral da Polícia Militar (PM) do Estado de São Paulo “pelo brilhantismo e competência” ao liderar policiais em serviço durante as manifestações populares de 2013 no centro de São Paulo. “A Polícia Militar deu um exemplo de condução. Equilibrar todas as expectativas (dos atores das manifestações) não é tarefa fácil”, disse Rossi na premiação.

A soldado Geanny Silva Severino, também da PM, recebeu a honraria por zelar, com outros colegas, pela segurança dos 2 mil servidores e 3 mil visitantes que transitam pela CMSP diariamente. Outro homenageado que atua na Câmara é o inspetor da GCM Sidney Pureza do Nascimento, indicado por sua dedicação em 29 anos de Guarda Civil.

A Medalha Tiradentes e o Diploma de Reconhecimento foram instituídos em 2001 pela CMSP. A sessão solene de entrega em 2014 foi presidida pelo vereador Reis (PT), que foi policial militar e civil. “É muito significativo mostrarmos para as instituições a relevância do trabalho realizado com amor e afinco em defesa dos interesses da sociedade e dos cidadãos”, afirmou o parlamentar. 

Palmas para a cidadania

Prêmio Milton Santos reconhece projetos que tornam São Paulo melhor

Rodrigo Garcia | rodrigogarcia@camara.sp.gov.br

Uma horta comunitária feita em espaço público para criar oportunidades de trabalho e uma vila ecológica, no extremo oeste de São Paulo, que melhora a qualidade de vida dos moradores. Em uma cidade complexa como São Paulo, há muitos problemas, mas também várias propostas de soluções, como as citadas acima. Em reconhecimento a essas ações, a Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) concede, anualmente, o Prêmio Milton Santos aos melhores projetos para o desenvolvimento social da capital paulista.

Na edição deste ano, a vencedora da Categoria 1 (projetos que objetivam a consolidação de direitos territoriais e culturais) foi a Associação Independente da Vila Nova Esperança, com o projeto União pela Urbanização da Vila

Nova Esperança. De acordo com a presidenta da entidade, Maria de Lourdes Andrade de Souza, mais conhecida como Lia da Vila Nova Esperança, o objetivo do trabalho é criar uma vila ecológica, com base sustentável, na comunidade localizada no extremo oeste de São Paulo, a fim de melhorar a qualidade de vida dos moradores.

“Na nossa luta já chorei tanto que não tenho mais lágrimas. Agora temos motivo para sorrir”, contou Lia, que agradeceu pela Salva de Prata recebida em Sessão Solemne na Câmara, em 24 de junho. Ela espera que o prêmio ajude a comunidade, que existe desde 1960, a se urbanizar de uma forma melhor. “O que a gente mais quer é não prejudicar a mata.”

Na categoria vencida pela entidade comandada por Lia houve duas



VENCEDOR
Projeto de hortas comunitárias urbanas foi um dos premiados deste ano

menções honrosas. Uma foi para a Escola de Governo de São Paulo - Associação Instituto de Política e Formação Cidadã (IPFC), pelo projeto Escola de Governo: Compromisso Histórico com a Construção da Cidadania Ativa, que atua politicamente para a transformação da sociedade, principalmente por meio dos cursos de formação de governantes e formação cidadã. A outra foi concedida à Viração Educomuni-

cação, com o projeto Agência Jovem de Notícias (AJN), uma articulação de núcleos de adolescentes e jovens de organizações e escolas públicas que produzem e disseminam informação de interesse comunitário.

Na Categoria 2 (projetos que resultem em novas formas de solidariedade social), a Organização Cidades sem Fome foi a vencedora, com o projeto Cidades sem Fome, que desenvolve hortas comunitárias em espaços públicos e privados, sem destinação específica,

para criar oportunidades de trabalho a pessoas em situação de vulnerabilidade social e proporcionar a elas autossuficiência financeira e de gestão.

De acordo com Hans Dieter Temp, fundador e coordenador de projetos da Associação Cidades sem Fome, a entidade quer “contribuir com políticas públicas mais sólidas na questão da produção de alimentos nas áreas metropolitanas”. Segundo ele, “São Paulo é um dos maiores polos consumidores do

Prêmio Milton Santos VENCEDORES 2014

CATEGORIA 1
Consolidação de Direitos
Territoriais e Culturais

1º LUGAR - Salva de Prata
Associação Independente
da Vila Nova Esperança
Projeto: União pela Urbanização
da Vila Nova Esperança

MENÇÕES HONROSAS

Escola de Governo de São Paulo
- Associação Instituto de Política
e Formação Cidadã (IPFC)
Projeto: Escola de Governo:
Compromisso Histórico com a
Construção da Cidadania Ativa

Viração Educomunicação
Projeto: Agência Jovem de Notícias

CATEGORIA 2
Formas de
Solidariedade Social

1º LUGAR - Salva de Prata
Organização
Cidades Sem Fome
Projeto: Cidades Sem Fome

MENÇÕES HONROSAS

Associação Prato Cheio
Projeto: Rota Solidária

Instituto da
Oportunidade Social (IOS)
Projeto: Inclusão Produtiva
de Jovens e Pessoas com
Deficiência em Áreas Urbanas

mundo, existem pessoas vulneráveis, existe terra e existe consumo. Temos uma equação que fecha muito bem”. Temp acredita que a vitória no prêmio mostra que o modelo pode ser incorporado pelas políticas públicas, “beneficiando milhares de pessoas”.



MEIO AMBIENTE • “O que a gente mais quer é não prejudicar a mata”, diz Lia da Vila Nova Esperança

Duas menções honrosas foram concedidas na Categoria 2: uma para a Associação Prato Cheio, pelo projeto Rota Solidária, iniciativa que coordena sistema de arrecadação e redistribuição de alimentos a entidades assistenciais. O outro homenageado foi o Instituto da Oportunidade Social (IOS), com o projeto Inclusão Produtiva de Jovens e Pessoas com Deficiência em Áreas Urbanas, cuja meta é a inclusão produtiva de pessoas com menor acesso às oportunidades do mercado, por meio da capacitação profissional gratuita e diferenciada em tecnologia da informação e regras de negócios.

CRITÉRIOS

O Prêmio concedido pela CMSP foi criado pela Resolução 6/2002, a partir de uma proposta do vereador Nabil Bonduki (PT), que foi aluno de Milton Santos, o mais conceituado geógrafo brasileiro. “Propus

esse prêmio para homenagear o intelectual e dar continuidade a suas ideias, além de reconhecer as iniciativas relacionadas ao território da cidade que precisam ter visibilidade”, explicou o parlamentar.


A escolha dos vencedores cabe à comissão julgadora composta por

EXEMPLO

Para Temp, políticas públicas podem copiar modelo de hortas comunitárias



entidades ligadas a desenvolvimento social e urbano, cultura, economia e administração e finanças públicas. Nesta edição, representantes da Ordem dos Advogados do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas, da Fundação Carlos Chagas, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Mackenzie, do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec) e da Escola de Comunicação e Artes da USP foram os jurados. Alguns dos critérios utilizados são abrangência do projeto, estímulo à participação comunitária, sustentabilidade técnica e potencial de transformação social.

Neste ano, o Prêmio Milton Santos recebeu 59 inscrições. O jurado representante do Cenpec, Alexandre Isaac, elogiou os projetos e os participantes: “Vocês não aceitam a realidade como natural; fazem perguntas e os projetos procuram respondê-las”. 

Acompanhe a programação voltada às questões da cidade de São Paulo:

- Sessões Plenárias ao vivo
- Debates entre os vereadores
- Entrevistas com as principais lideranças da capital
- Votações dos projetos de lei que transformam a cidade
- Dicas, informações e guias sobre São Paulo

Confira isso e muito mais em:

Canal 61.4 (aberto digital - 24h)

Canais a cabo 7 (digital) e 13 (analógico) NET, das 13h às 20h

Transmissão on-line pelo portal www.tvcamara.sp.gov.br



CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO



Acesse:
www.camara.sp.gov.br

**Notícias
sobre a
Câmara e
a cidade de
São Paulo.**



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**